

# A RETÓRICA DA SEDUÇÃO: Gabriel Soares de Sousa e o *Tratado Descritivo do Brasil*

*Francisco Ferreira de Lima*

Dominado pelo “incêndio da ambição que contagiou tantos colonos,”<sup>1</sup> Gabriel Soares de Sousa abandonou sua próspera e tranqüila vida de Senhor de Engenho às margens férteis do Jequiriçá para ir em busca de ouro e pedras preciosas, que, naqueles tempos, se dizia existir praticamente a céu aberto por todo o sertão do Brasil, bastando apenas ir ao seu encontro. Seguiu assim as pegadas do irmão que, também “incendiado”, morrera em meio a uma expedição, da qual restara modesto achado, suficiente no entanto para atear em Soares de Sousa o fogo de que fala Jacobina Lacombe e outros fogos mais apropriados.

Para evitar o imprevisto, causa provável da morte prematura do irmão, Soares de Sousa embarca para a Espanha em busca de financiamento para a empresa, que é a de chegar à nascente do São Francisco, onde – acreditava piamente e não estava de todo errado – deveria haver grandes quantidades de ouro. Enredado na burocracia, a essa altura já desconfiada de tanto projeto mirabolante, Soares de Sousa decide fundamentar o seu pedido com prova irrecusável. E assim é que em Madri, em 1<sup>o</sup> de março de 1587, três longos anos após a sua chegada ao reino, oferece solenemente a Cristóvão de Moura, influente personagem da corte de Filipe II, um caderno “tirado a limpo,” acompanhado de uma carta na qual explica que ali, no dito caderno, se encontram

registradas “muitas lembranças do que me pareceu digno de notar,” recolhidas ao longo de “17 anos que residi no estado do Brasil,” sem outro objetivo aparente que o de ter sido, diz ele, “obrigado por minha curiosidade.”<sup>2</sup> E esclarece logo em seguida que se dispôs a tão ingente esforço – entenda-se: ao trabalho de “tirar a limpo” o caderno, não o de estar obrigado pela curiosidade – apenas por entender que tal conviria “ao serviço de El-Rei Nosso Senhor.”

Não fosse tal conveniência, é de supor, as “lembranças” continuariam tais e quais, isto é, um desordenado conjunto de informações à espera de um fato que viesse complementar o trabalho da “curiosidade”, dado por findo nos 17 anos de pesquisa, pois esta – eis o que se deve concluir – atua no plano do desvelamento e não do metodológico. Dito de outro modo, a curiosidade vive de demandas interiores autônomas, num movimento de dentro para fora, ao passo que o “tirar a limpo,” de modo contrário, requer uma demanda externa, de fora para dentro.

E com essa distinção já se pode entrever o procedimento retórico de Soares de Sousa. Observe-se que o projeto convém em primeira (e última) instância a ele próprio, que quer ter sua expedição financiada o mais rapidamente possível, razão mesmo porque se dispôs a “tirar a limpo o caderno,” sem o quê continuaria a mofar nos gabinetes da burocracia, mais um perdido entre os muitos achadores de *El Dorados* inexistentes. Todavia, assim exposto, o projeto descortinaria de imediato seu grosseiro pragmatismo, pondo em risco o objetivo final, que deve a todo custo ser assegurado. Para assegurá-lo, resta uma única possibilidade: inverter-se os termos do problema, isto é, estabelecer que o projeto convém ao rei e não a ele, Soares de Sousa. Dedicado e obediente servidor real, ele se dispõe a atender a demanda externa, de fora para dentro, tarefa penosa de impor método ao desarrumado trabalho da curiosidade, tudo em nome de bem servir ao rei.

Tão ousada inversão requer certos requintes retóricos para firmar-se, caso contrário ela se evidencia como embuste, resultando no oposto do que se pretende. Como tal não foi o caso, Soares de Sousa obteve o que pretendia, embora do que ganhou não tenha podido usufruir,<sup>3</sup> a estratégia retórica funcionou de modo plenamente eficaz. A tal estratégia bem se poderia chamar, como aqui se faz, de uma retórica da sedução, posto que é através da construção de sofisticada rede persuasória que Soares de Sousa atinge seu desiderato. Observem-se, pois, no curto espaço desse texto alguns de seus dispositivos.

O mecanismo de sedução é deflagrado antes mesmo do “caderno” chegar ao rei, alvo definitivo de todo o projeto, Leitor (com maiúscula) por excelência, pois que, no seu caso, ler é decidir (o financiamento da expedição). Sem, contudo, ter como chegar a ele diretamente, que os

reis têm mais que fazer que receber autores desconhecidos, Soares de Sousa se utiliza do velho estratagemas do intermediário, espécie de leitor provisório, para levar a cabo seu projeto.

Leitor provisório, sim, mas não menos importante, observe-se logo, pois dele, depende o sucesso da empreitada – afinal, como chegar ao rei sem antes persuadir o leitor provisório da qualidade do que tem em mãos e, mais que isso, convencê-lo de que ele é o único leitor capaz de avaliar tal qualidade? A carta que acompanha o “caderno” cumprirá tal função, atendendo assim à exata dimensão de importância que um leitor marginal deve ter, qual seja, a de, muitíssimo bem situado em relação ao texto que lhe é oferecido, saber-se fora dele, de modo a evitar-se confusão entre instâncias tão distintas, leitor intermediário e leitor final.

Com o leitor intermediário, além dos elogios de praxe, cabe tratar de questões prévias, próprias da operação narrativa, que garantam a legitimidade e credibilidade do texto, elementos fundamentais para fazê-lo chegar ao leitor final. Nessa direção, pelo menos duas estratégias persuasórias podem ser facilmente observadas na carta que acompanha o texto. A primeira, já atrás citada, é a de afirmar a veracidade do narrado, aspecto de extrema importância para uma recepção empática do texto, sobretudo se se pensar na profusão de relatos de viagens que inundava o reino nessa época, alguns deles tomados por verdadeiras peças de ficção, malgrado todos os esforços do autor para provar o contrário.<sup>4</sup>

Em duas linhas e meia de texto, três importantes argumentos são utilizados para garantir a veracidade da narrativa. Leia-se antes o texto de Soares de Sousa, agora na disposição que o autor o pôs: *obrigado de minha curiosidade, fiz, por espaço de 17 anos que residi no Brasil, muitas lembranças por escrito do que me pareceu digno de notar* <sup>(13)</sup>. O primeiro, que se lê já no primeiro segmento – *obrigado de minha curiosidade* – é o fato de o descrito resultar, como já se apontou, de uma motivação particular do autor, cuja única obrigação é aquela para consigo mesmo, liberdade que afiança isenção completa ao trabalho realizado e põe a sua obra em pólo oposto àquela outra, mais comum, realizada por encomenda, real ou privada, não importa, porque sempre comprometida. O segundo, destacados os verbos *fazer* e *residir*, reiteradores de atitudes, somados à palavra *curiosidade*, insere o autor no centro dos procedimentos científicos do Renascimento, que elegeu a observação *in loco* como a matriz primeira do conhecimento. Não é de informação livresca ou colhida de terceiros que resulta o texto ora apresentado, mas de observação direta e circunstanciada, que implica deslocamento e, numa palavra, ação, umas das prediletas da epistemologia renascentista. E com *circunstanciada* introduz-se, o terceiro argumento: as lembranças

dignas de nota não são fruto do olhar passageiro sobre a matéria observada, senão de longo e demorado estudo – 17 anos no total – que diz, em definitivo, de uma familiaridade com o observado, eliminando, em decorrência, toda e qualquer suspeita de o olhar ter sido contaminado pela novidade, grandeza ou estranheza do visto, ou, pior, enganado pela pressa. Motivação interior, método científico atualizado e longa experiência de pesquisador, eis as garantias com as quais o leitor intermediário pode contar na leitura da obra que tem em mãos.

Postos assim os avais de veracidade da narrativa de modo tão conciso, como a impedir hesitação ou contra-argumentos do intermediário, deve-se dar lição de humildade, para afastar possíveis idéias de presunção ou arrogância, que bem poderiam desfazer o já feito. É nessa linha que se monta a segunda estratégia de persuasão:

*Como minha tenção não foi escrever história que deleitasse com estilo e boa linguagem, não espero tirar louvor desta escritura e breve relação (em que se contém o que pude alcançar da cosmografia e descrição deste Estado), que a V. S. ofereço; e me fará mercê aceitá-la, como está merecendo a vontade com que ofereço; passando pelos desconcertos dela, pois a confiança disso me fez suave o trabalho e tempo em que a escrever gastei; de cuja substância se podem fazer muitas lembranças a S. M. para que as folgue de as ter deste seu Estado, a que V. S. faça dar a valia que lhe é devida (13).*

Em tom diferente, agora marcado pelos lugares-comuns da época, Soares de Sousa pratica, sem pejo, a arte aduladora de ofertar livros a nobres, na qual a praxe é enfatizar pretensas qualidades do homenageado, ao tempo em que se diminui as do autor. É assim que devem ser entendidas não só as desculpas quanto ao estilo e linguagem, mas também essa, doutro modo, gritante contradição entre 17 anos de pesquisa realizada por observação direta, acima concisamente definida, e o resultado de tanto trabalho, exposto numa intercalação, num misto de hesitação e modéstia: *do que pude alcançar da Cosmografia e descrição deste Estado*. Trata-se, evidentemente, de cumprir rituais cortesãos, afinal, em qualquer tempo e lugar, há níveis hierárquicos a serem observados, mas, no caso de Soares de Sousa, tais rituais ganham matiz distinto se se associa a seqüência de elogios (ou, o que dá no mesmo, a seqüência de auto-depreciação) ao período final da citação. Ali se desnuda o papel a ser desempenhado por Moura, o de constituir-se ponte entre o texto e o rei. Qual provador de alimentos, que garante a vida do rei com o risco diuturno da sua, o leitor intermediário terá o papel de dar a

“valia devida” ao texto, de maneira que sua “substância”, descomposta em “muitas lembranças”, possa vir a ser consumida sem risco pelo destinatário final. Mal avaliada tal substância, para mais ou para menos, não importa, a sanção recairá diretamente sobre ele, fiador único da transação.

Como bem se vê, não é pequena a tarefa reservada ao leitor intermediário. Responsável direto pela quantidade de informação que deve chegar ao rei, ele constitui-se instância de poder preliminar fundamental, que atua em duas etapas distintas: a primeira, de conceder licença ao livro para seguir viagem, e a segunda, de estabelecer a quantidade de substância a chegar ao rei. O reconhecimento dessas duas etapas pode-se bem rastrear na carta. Na primeira parte, como se viu, trata-se de convencer o leitor intermediário da veracidade do texto; na segunda, ao contrário do que ali se diz, com grande habilidade retórica, ressalta-se-lhe, sua generosidade enquanto leitor, capaz de, condescendentemente, ainda que ante empresa tão arriscada, fazer vistas grossas aos “desconcertos” da narrativa, condescendência que, diz o autor, tornou suave tão difícil tarefa de tirá-la a limpo. Finalmente, persuadido o leitor intermediário de sua dupla importância, pode o autor, agora sem temer ferir brios, lembrá-lo de sua tarefa menor, mas nem por isso menos importante, no triângulo de leitura: fazer chegar ao rei o máximo de substância possível de sua escritura – no que, aliás, a contar pelas concessões que dele obteve, parece ter sido muito bem sucedido. Mas não é hora ainda de falar dos resultados obtidos; melhor é cuidar dos meios utilizados por Soares de Sousa para chegar a eles.

Cumprida assim a primeira etapa de garantir a travessia do texto, é hora de substituir o intermediário pelo leitor definitivo. Como não se trata mais de definir o destino de um livro, que destinado já está, mas a própria vida, mudam-se as estratégias de sedução. A imponência e importância do interlocutor obrigam a um incremento de grandiloquência, uma vez que, agora, é o Brasil inteiro – com destaque para a Bahia – o objeto de desejo a ser oferecido.

Mas é preciso, antes de tudo, marcar tal oferecimento como o resultado de uma necessidade institucional, um serviço prestado ao rei por um vassalo humilde, que, só e somente só por lealdade ao seu monarca, decidiu chamar a si tarefa que não lhe competia, dados os riscos que corriam o Brasil. Diante de tanto perigo e de tão pouca preocupação com ele por quem de direito, aí incluídos os reis passados (que a comparação é produtiva!), o autor, qual um cavaleiro andante da pena, recolhe-se ao gabinete para “tirar a limpo” seu caderno de anotações, arma poderosa que o rei esgrimirá em defesa do Brasil, pois que apenas por isso e para isso foi escrita. Essa idéia, que nunca é insuficiente repetir, abre e fecha o proêmio, através do qual se oferece o livro ao rei:

(...) a el-rei nosso senhor convém, e ao bem do seu serviço, que lhe mostre, por estas lembranças, os grandes merecimentos deste seu Estado, as qualidades e estranhezas dele, para que lhe ponha os olhos e bafeje com seu poder (...).

E como a [obrigação] eu também tenho de seu leal vassalo, satisfação da minha parte com este Memorial (...)(41/2).

Eliminadas as suspeitas de que tamanho esforço tenha algo a ver com interesse pessoal, ou coisa aproximada, pode-se finalmente apresentar o retrato do Brasil.

Como sucedeu com a carta dirigida ao leitor intermediário, a apresentação do Brasil ao rei é articulada a partir de duas estratégias distintas. Na primeira, com o fito de deslumbrá-lo, arrola-se o elenco de maravilhas que caracteriza o Brasil. É terra tão incrivelmente grandiosa, que em tudo excede as conhecidas, as melhores delas. Mas – e essa é a segunda estratégia –, ao lado de tais “lembranças”, frequentemente concomitante a elas, agora com a intenção de levá-lo a agir rapidamente, expõe-se, o mais das vezes de maneira bombástica, o conjunto de ameaças iminentes a que o Brasil está exposto, sejam as de caráter externo, sejam aquelas outras internas, ambas, todavia, demandando intervenção urgente. Desse modo, se a última fala às razões políticas do rei, chamando sua atenção para o perigo iminente da desagregação do Estado, resultado da irresponsabilidade e imperícia dos reis passados, a primeira fala às emoções de um leitor ávido das novidades, grandezas e estranhezas do mundo novo, em que avultam mistério e imprevisibilidade, fazendo-se assim nítido contraste com a mesmice européia, já secularmente estabelecida. Perdido o Brasil, não se perderá apenas parte do Império, mas um repositório único de impressionantes maravilhas, como se poderá bem ver através do Memorial ora em mãos reais, elemento que faltava para preencher tão gritante lacuna aberta sobre a importância de tão ricas e maravilhosas terras.

E se o texto do *Memorial* vai compartimentar em segmentos específicos esse elenco de maravilhas, o próêmio cumpre a função de anteciper em rápido panorama o que se vai ter em pormenor a seguir. Daí esse quadro geral, rapidamente assim traçado, homeopática dose de excitante dirigida à imaginação do leitor, com vistas a torná-lo receptivo e disponível ao que vai ler. Ainda que ligeiramente, convém deter-se um pouco em um de seus trechos mais curiosos, no qual já se podem flagrar alguns dos procedimentos persuasórios utilizados por Soares de Sousa para “vender” o Brasil.

Terra sem par no mundo, o Brasil está apenas à espera de quem queira dele fazer

*Um grande império, o qual com pouca despesa destes reinos se fará tão soberano que seja um dos Estados do mundo porque terá de costa mais de mil léguas, como se verá por este Tratado no tocante à cosmografia dele, cuja terra é quase toda muito fértil, mui sadia, fresca e lavada de bons ares e regada de frescas e frias águas. Pela qual costa tem muitos, mui seguros e grandes portos para neles entrarem grandes armadas, com muita facilidade, para as quais tem mais quantidade de madeira que nenhuma parte do mundo, e outros muitos aparelhos para se poderem fazer.*

*É esta província mui abastada de mantimentos de muita substância e menos trabalhosos que os de Espanha. Dão-se nela muitas carnes, assim naturais dela, como das de Portugal, e maravilhosos pescados; onde se dão melhores algodões que em outra parte sabida, e muitos açucares tão bons como na ilha da Madeira. Tem muito pau de que se fazem as tintas. Em algumas partes dela se dá trigo, cevada e vinho muito bom, e em todas todos os frutos e sementes de Espanha, do que haverá muita qualidade, se Sua Majestade mandar prover nisso com instância e no descobrimento dos metais que nesta terra há, porque não lhe falta ferro, aço, cobre, ouro, esmeralda, cristal e muito salitre; e em cuja costa sai do mar todos os anos muito bom âmbar (39/40).*

Grande império que os outros reis foram incapazes de construir, uns por descuido, outros por razões alheias à sua vontade, como é o caso, ressalta Soares de Sousa, de D. João III que o construiria, “sc vivera mais dez anos”, tal o “zelo” com que tratou o Brasil enquanto viveu. Tal informação é importante ser trazida à tona do texto, pois desempenha importante papel no projeto de sedução elaborado por Soares de Sousa. Em primeiro lugar, ao colocar o rei em linha com os que o antecederam, sejam os descuidados ou o mortalmente impedido, o autor como que o obriga a antever seu lugar na História, não lhe restando muita opção de julgamento favorável face a ela – a não ser a morte prematura, opção deveras pouco interessante. Em segundo, e agora já estabelecida a ponte com o excerto citado, adiciona-se um elemento ao outro já exposto para caracterizar a pouca dificuldade que tarefa tão gloriosa exigirá para ser realizada. Assim, se, como se diz na primeira linha, “pouca despesa” será necessária para transformar o Brasil em grande império, o mesmo

ocorrerá em relação ao tempo – depender, evidentemente, do “zelo” com que se trate o projeto. Com o mesmo que D. João III o tratara... e dez anos mais tarde já se veria seu resultado concreto, minúscula fração de tempo para tão grande empreendimento.

Mas, ainda que seja com pouca despesa e em tão pouco tempo, valerá a pena o esforço? Ou, em outras palavras, trata-se de projeto efetivamente exequível? É a pergunta que o fragmento buscará responder sem deixar espaço para dúvida ou hesitação. Para tanto, procede-se a rápido mas sedutor inventário das qualidades do Brasil.

O empenho é o de se manter nos limites mínimos do verossímil – não vá o deslumbramento estragar tudo. Dessa maneira, sem embargo da extensão gigantesca de sua costa, que sequer pode ser medida com precisão (são *mais* de mil léguas, ficando, pois, a critério do leitor imaginar o limite), as terras são *quase* todas férteis, que já vai longe o tempo em que se acreditava na existência de paraísos terreaux; são *muitos, mui seguros e grandes* os portos; do pau que se faz a tinta tem *muitos*, etc. Volta e meia, porém, o inventário resvala numa espécie de incapacidade de enumerar ou qualificar, caindo no puramente hiperbólico: os ditos portos brasileiros estão aptos a receber grandes armadas pois “tem mais quantidade de madeira *que nenhuma parte do mundo*”; os pescados são, em falta de palavra mais precisa, *maravilhosos* e os algodões, estes *se dão melhores que em outra parte sabida*. Dada a ausência de parâmetro, perdida, por isso, a capacidade de relativizar, deixa-se o texto sedutoramente render-se ao império do absoluto, cujo limite é a negação de qualquer limite.

Contudo, se, de um lado, tal absolutização deslumbra o leitor com a oferta do desmedido, de outro, cria o embaraço da impossibilidade de julgar, ultrapassados que estão os limites de todas as fronteiras. Daí a introdução do instrumento de referencialização por excelência do viajante/cronista do novo mundo (e de todos os outros): a comparação. Com esta, tenta-se pôr um pouco de freio ao vôo do absoluto, obrigando-o a relativizar-se a partir de um referencial concretamente contextualizado. Aprender-se-á, portanto, o estranho a partir do familiar. Logo, não será difícil entender, vista a fertilidade da terra, que os açúcares aqui produzidos são *tão bons como* na ilha da Madeira, onde já de há muito se sabe produzir o melhor açúcar do mundo.

Se, entretanto, não há no horizonte do familiar algo de excelência excepcional a que se possa contrapor o estranho, como é o caso da ilha da Madeira, por assim dizer, o estranho recém-tornado familiar, a comparação opera em negativo, deslocando-se o velho para um lugar inferior ao novo: assim, além de a província ser muito bem provida de mantimentos substanciosos, estes são *menos trabalhosos que os de*



*Espanha*. O efeito de tal dispositivo não é difícil perceber. Além de possíveis inferências bíblicas que se poderiam fazer a partir do *trabalhosos*, não há que duvidar do depoimento de vassalo tão leal que põe o reino, o rei e o bem servir a ele acima de tudo, como bem demonstra esse *Tratado*.

E se de tanto esforço depois restasse alguma dúvida, mesmo afirmada com segurança a presença dos metais e pedras preciosos, apenas à espera de serem descobertos, o período final do fragmento citado se encarregaria por si só de desfazê-la. Fechando um círculo, que se inicia na primeira linha com a idéia do pouco gasto necessário à transformação do Brasil em grande império, o período final aponta para a facilidade das condições de realização desse projeto, posto que a natureza ali, mais do que fértil, é verdadeiramente dadivosa. O âmbar – bom âmbar, por sinal – ali produzido *sai do mar todos os anos* indo arrimar à costa, pedindo apenas para ser recolhido. Sem outro trabalho que seja, a não ser a generosidade da natureza, tem-se garantido, de modo sistemático e perene, importante fonte de renda.

Aliás, a palavra *trabalho* nesse contexto obriga, ainda que rapidamente, a voltar ao *trabalhosos* acima já tratado. Com elas, põe-se nítido contraste entre essa terra nova, distante, mas próxima daquelas concepções de paraísos terreaux, embora já não os haja de fato, onde o estigma de ganhar o pão com o suor do rosto parece não ter ainda lugar definitivo, e aquela outra, familiar, próxima, mas distante de tamanho merecimento. Diante disso, não há fidelidade ou lealdade ao rei que resista à comparação desvantajosa.

Mostrado em panorama, é hora de apresentar o Brasil em pormenor. E, dentro dele, a Bahia, “meio e coração de toda esta costa” (127), expressão que justifica e desfaz o, à primeira vista, visível desequilíbrio estrutural entre as duas partes componentes do *Tratado*, o *Roteiro Geral da Costa Brasileira* e o *Memorial e Declaração das Grandezas da Bahia*, das quais, a segunda ocupa mais de dois terços do total. Sendo a Bahia, logo há de concluir-se, o mais importante órgão vital do Brasil, não há porque ter diferente distribuição o texto. E não será preciso muito empenho para demonstrá-lo, pois que, se as terras do Brasil são *quase* todas férteis, as da Bahia, essas, excedem tudo que já se viu:

*Parece razão que se ponha em capítulo particular os frutos da Espanha e de outras partes que se dão na Bahia de Todos Santos.*

*E começemos nas canas-de-açúcar, cuja planta levaram à capitania dos Ilhéus das ilhas da Madeira e de Cabo Verde, as quais recebeu esta terra de maneira em si, que as dá maiores e melhores que nas ilhas e parte de onde vieram a ela, e que em*

*nenhuma outra parte que se saiba que crie canas-de-açúcar porque na ilha da Madeira, Cabo Verde, São Tomé, Trudente, Canárias, Valência e na Índia não se dão as canas se se não regam os canaviais como as hortas e se lhes não esterçam as terras, e na Bahia plantam-se pelos altos e pelos baixos sem se esterçar a terra, nem se regar (165/6).*

Rápida observação, antes da análise do texto: como se pode ver, as primeiras linhas tratam de método, mostrando na prática o que Soares de Sousa queria dizer com “tirar a limpo” seu conjunto de anotações. Não posto tal conjunto em capítulos particulares, cada qual com seu cada qual, e o resultado seria uma ilegível mixórdia para o leitor, especialmente tratando-se de leitores tão especiais, o intermediário e o definitivo. Para evitá-la, o material está apresentado em nada menos que 196 capítulos, cada um deles dedicado a tema específico.<sup>5</sup> Isto posto, volte-se ao seu texto e aos seus procedimentos persuasórios.

Não é à-toa que o elenco de plantas transplantadas há de ter sua apresentação iniciada pela cana-de-açúcar, segura fonte produtora de “ouro branco”, enquanto não se descobria o amarelo, aliás, como bem cria Soares de Sousa, mera questão de tempo, que ele, para sua infelicidade, tentou encurtar. Rainha, por isso de todas elas, a cana-de-açúcar deve abrir o desfile.

Por ocasião daquele rápido panorama do Brasil, já se tratara da excelência do açúcar aqui produzido, comparado apenas ao da Madeira. Agora, com a minúcia que o texto longo permite, pode-se apresentar os motivos para tanto, motivos que eliminarão quaisquer suspeitas acerca de possíveis ufanismos exagerados. Coisa, de mais a mais, não muito difícil de realizar, pois, como justificar cientificamente tamanha maravilha de a cana-de-açúcar brasileira resultar maior e melhor que todas as outras do mundo sem a necessidade de adubá-la ou regá-la, como se faz nos outros lugares, e ainda assim brotar viçosamente onde quer que seja, nos altos ou nos baixos, desconhecendo desníveis ou empecilhos?

A tentativa de abafar o entusiasmo vem com o elenco de lugares citados, também produtores da planta, que inclui áreas de três continentes, manifestando estar-se diante de pesquisador criterioso e bem informado. Mas o maravilhamento subjacente a tal constatação retoma de modo muito sub-reptício aquela noção, já atrás apontada, de tratar-se de uma terra não muito distante do que se costuma definir como o paraíso terreal (posto que não o seja), na qual *quase* nenhum esforço humano é requerido para fazê-la produzir, reafirmando-se, desta sorte, o princípio de que se poderá daqui fazer grande império sem *quase* nenhum gasto.

E se é assim com a fonte do “ouro branco”, também o é com as plantas mais simples, que todas elas a Bahia acolhe com a mesma generosidade em seu mágico regaço:

*Manjeriçã se dá muito bem de semente, mas não se usa dela na terra, porque com um só pé enche todo um jardim, dispendo raminhos sem raiz, e por pequenos que sejam, todos prendem, sem secar nenhum, como se tivessem raízes, o qual se faz mais alto e forte que em Portugal e dura todo o ano (...) (171).*

Parece pouco apropriado a quem está interessado no financiamento de uma expedição, ou melhor, na construção de um grande império, preocupar-se em apresentar, em imagens literárias tão ricas, plantinha tão pouco significativa como o manjeriçã, cuja delicadeza ganha especial realce nesses *raminhos* mágicos. Mas é falsa tal parecença. Trata-se de enfatizar a excelência da terra em relação a toda e qualquer empresa que se queira nela tentar, eco daquele “em se plantando tudo dá”, afinal nunca dito pelo escrivão da armada de Cabral, mas transformado em dogma, sagrado lugar-comum do imaginário brasileiro. Se, com a cana-de-açúcar garante-se o lucro do império, com o manjeriçã – e os pepínios e abóboras e nabos e rábanos e alfaces e couves e endros e coentros e..., que nada escapa ao olhar curioso de Soares de Sousa – garante-se a vida no império, dado básico na sua construção.

E, como se pode ver, vida fácil essa, que dispensa (já não há mesmo o paraíso?) inclusive o trabalho de semear, visto a terra permitir a reprodução numa espécie de geração espontânea, reservando suas energias e umidades para, falando com o autor, “receber em si” outras mais diversas e produtivas plantas. Essas, da ordem do manjeriçã, bastam-lhes uma única semente para ter garantidos o viço, evidentemente superior ao de Portugal, e, mais importante ainda, a perenidade, que aqui a natureza desconhece aqueles terríveis ciclos de hibernação, quando a vida se recolhe para dar lugar à desoladora presença da morte. Descansada a terra; farto e descansado o homem, a vida fica à espera da grandeza que por tais merecimentos lhe cabe (e o investimento, não custa lembrar, é mínimo).

Mas, claro, não é assim apenas com as plantas:

*As galinhas da Bahia são maiores e mais gordas que as de Portugal, e grandes poedeiras e muito saborosas; mas é de espantar que, como são de três meses, esperam o galo, e os frangões da mesma idade tomam as fêmeas, os quais são feitos galos e tão tenros, saborosos e gordos como se não viu em outra parte (165).*

Diante de tanta fartura, que, como se viu, dispensa o ato mesmo de semear, de espantar seria o contrário, isto é, se se tivesse em tão edênico cenário galinhas inferiores às de Portugal. Por isso é que a comparação em negativo, firmado o parâmetro, ainda que seja pelo que não se tem, pode avançar sem dificuldades para o hiperbólico, uma vez ultrapassados os limites possíveis de relativização. E tal se dá pelo fato de, semelhante ao que ocorre com o manjeriço, que, posta a primeira semente, independe da terra para medrar, as galinhas do Brasil tornam-se adultas antes do tempo, antecipando o início do ciclo da vida, que pode assim produzir-se e reproduzir-se em escala multiplicada, conjurando-se para sempre o fantasma da escassez.<sup>6</sup> E, embora não se recomende, sobretudo em obra de autor tão zeloso, o espanto em estado puro ocupa o lugar da explicação científica, absolutamente inútil diante de tamanho mistério.

Quase sempre nesse mesmo espírito discorre Soares de Sousa ao longo de 195 capítulos sobre as “qualidades e estranhezas” das terras do Brasil, especialmente as da Bahia, ante as quais o entusiasmado encantamento do inexplicável contamina pouco a pouco a explicação científica, sobrepujando-a em muitas ocasiões. O último capítulo, contudo, o centésimo nonagésimo sexto, em cujo enunciado lê-se que ali *se declara a muita quantidade de ouro e prata que há na comarca do Bahia*, começa desse modo:

*Dos metais de que o mundo faz mais conta, que é [sic] o ouro e prata, fazemos aqui tão pouca, que os guardamos para o remate e fim da história, havendo-se de dizer deles primeiros, pois esta terra da Bahia tem deles tanta parte quanto se pode imaginar; do que podem vir à Espanha maiores carregações do que nunca vieram das Índias Ocidentais, se Sua Majestade for disso servido, o que se pode fazer sem se meter nesta empresa muito cabedal de sua fazenda (...) (351).*

De imediato, pode-se dizer que há nítida mudança de tom. Como justificar entusiasmo desmedido ante o manjeriço ou os frangões baianos e tão pouco interesse pelos metais *que o mundo faz mais conta*, sobretudo se se tiver em mente que o “caderno” foi tirado a limpo, como exaustivamente já se apontou ao longo do texto, exatamente com o objetivo de levantar fundos para uma expedição em busca de ouro e prata, “fruta melhor” que qualquer outra, como a define o próprio Soares de Sousa em outra parte do seu texto?<sup>7</sup> Tirante as outras insustentáveis, há apenas uma resposta: trata-se de bem planejado fecho para a estratégia de sedução: atribuir desimportância ao que há de mais importante, de maneira a excitar a imaginação agora pelo que não se diz. Baste dizer-se apenas que a *Bahia*

*tem deles tanta parte quanto se pode imaginar.* E será o suficiente para a imaginação do leitor especial, alvo do texto, fixar seus próprios limites, cujas fronteiras dependem exclusivamente de sua capacidade de invenção. Ouro e prata há o bastante, tanto que o limite a ser fixado para seus quantitativos fica a critério do leitor, abertura que o fará permanecer preso a tal exercício mental muito após ter fechado o livro – razão, aliás, porque tal declaração vem em seu final. Por isso, e apenas por isso, bem ao contrário do que ali se diz, não havia outro lugar no “caderno” que este último capítulo para declarar *a muita quantidade de ouro e prata que há na comarca da Bahia*, interesse primeiro tanto de Soares de Sousa quanto de seu especial leitor, o qual, com essa (desinteressada) informação final, tem o quadro geral completo do que é e do que pode o Brasil.

Mas esse elenco de maravilhas, das quais o ouro e a prata são os menos importantes – não vá a cobiça fazer desandar o projeto em seu final –, que, como se demonstrou ao longo de 196 capítulos, pode vir em pouco tempo, com um mínimo de esforço, a ser um dos maiores Estados do mundo, vive sob risco iminente de desagregação, requerendo, por isso, urgentes providências. E assim entra-se no plano da outra estratégia de persuasão, a de, provocando o medo de perder o paraíso, motivar o rei a agir. Ou seja: banqueteados com esse simulacro de uma visão do paraíso, construída pelo autor para (bem) servi-lo, cabe agora ao leitor fazer a sua parte: decidir urgentemente por sua preservação, evitando uma espécie de segunda queda, essa, embora de cunho bem mais pragmático – afinal trata-se de um simulacro – também perda irreparável. E não custa fornecer exemplos para que tal decisão seja tomada com a urgência devida.

O melhor deles – e que por questão de espaço a ele se reduzirá – pode-se ler no mesmo capítulo que trata do ouro e da prata. E é tão evidente que chega a desdizer o enunciado que apresenta o texto, já acima citado por mais de uma vez. Não é, afinal, da quantidade de ouro e prata que o capítulo quer declarar – daí aquela abertura que, dadas as garantias de existência, se recusa a estabelecer quantitativos: *a Bahia tem deles tanta parte quanto se pode imaginar* – mas dos riscos que o Brasil corre, aí incluídas naturalmente tais jazidas, das quais, eis o que o capítulo quer dizer, não vale a pena falar muito, uma vez que elas, não tomadas urgentes providências, já podem ser dadas por perdidas. É como se se falasse já do que não se tem, tamanho é o perigo a que estão expostos as jazidas e o Brasil, pois, sem este, não há aquelas, uma vez que não há conteúdo sem continente. Sem cuidar do segundo, o primeiro, real e concreto, será em pouco tempo não mais que uma quimera. Retome-se, portanto, o texto a partir da citação anterior:

*...de que não tratamos miudamente por não haver para quê, nem fazer ao caso da tenção destas lembranças, cujo fundamento é mostrar as grandes qualidades do Estado do Brasil, para se haver de fazer muita conta dele, fortificando-lhe os portos principais (...), o que se devia pôr em efeito com muita instância, pondo os olhos no perigo em que está de chegar à notícia dos luteranos parte do conteúdo neste Tratado para fazerem suas armadas, e se irem povoar esta província, onde com pouca força que levem de gente bem aramada se podem senhorear dos portos principais (...) e com a força da gente da terra se poderão apoderar e fortificar de maneira que não haja poder humano com que se possa tirar do Brasil estes inimigos, de onde podem fazer grandes danos a seu salvo em todas as terras marítimas da coroa de Portugal e de Castela(352).*

E assim, no capítulo que se devia declarar a quantidade de ouro e prata existente no Brasil, o que se tem é a recusa em fazê-lo porque tal não figura entre os objetivos do *Tratado*, escrito, que não reste dúvida, para revelar *as grandes qualidades do Estado do Brasil*, de maneira que se venha a *fazer muita conta dele*. Como ouro e prata são também qualidades do Brasil, e o enunciado ao capítulo autoriza a convicção de que ao longo dele esta seria a qualidade tratada, tal recusa só pode ser entendida, como já se apontou, como sutil estratégia retórica de negar importância ao (maior) objeto de desejo, apresentando-o em iminência de perda, de modo a fazê-lo ainda mais desejado. E esta é a imagem que ficará na mente do leitor, lida a última frase do livro: não apenas os quantitativos que sua imaginação pode construir, mas e sobretudo a miragem em que tais quantitativos, antes de o serem, se tornará, uma vez que ao vencedor caberá bem mais que apenas as batatas – seguramente também elas de primorosa qualidade, a julgar pelas excelências do manjericão.

E se não fora bastante instilar o horror de, sem ter ganhado, perder tão desejado objeto, identifica-se o inimigo prestes a invadir essa terra da promessa pelo que ele tem de pior, sua condição religiosa. Não se trata de inimigo qualquer, mas de um cujo objetivo é demolir o pilar de sustentação sobre o qual se assentam os princípios orientadores do ser, estar e fazer (n)o mundo. Diante disso, eis o efeito que se pretende atingir, não se trata mais de mero serviço voltado para os interesses do reino a defesa do Brasil, senão inadiável serviço de Deus, de modo a ter preservados Seus domínios da presença insidiosa das forças do mal. Recusar-se a tão importante quanto virtuosa tarefa é estar sujeito não apenas ao julgamento dos homens, mas e especialmente ao julgamento de Deus.

A julgar pelas concessões obtidas por Soares de Sousa para ir em busca daquilo que em seu livro vem no final apenas para mostrar a *conta* em que ele a tem, entre as quais, a de “capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do rio de São Francisco, com a faculdade de prover todos os ofícios da justiça e da fazenda em seu distrito,” seu trabalho de “tirar a limpo” suas anotações tomadas sob a obrigação da curiosidade foi muito bem recompensado. Seduzidos, seus dois leitores, o intermediário e o definitivo, renderam-se a ele e a ele se entregaram. Não pode haver destino melhor para um livro.

## Bibliografia

### Primária

SOUSA, G. S. de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1987 (col. Brasileira, vol. 117, reprodução integral da primeira edição, de 1851).

### Secundárias

CATZ, R.. *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos*. Lisboa, Biblioteca Nacional/ Presença, 1983.

CRISTOVÃO, F. (Coord.). *Condicionantes culturais da Literatura de viagens*. Lisboa, Cosmos, 1999.

ELSNER, J. & RUBIÉS, J. P. *Voyages & visions - towards a cultural history of travel*. London, Reaktion Books, 1999.

GODINHO, V. M.. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar - séculos XIII/XVIII*. Lisboa, Difel, 1990.

HOLLANDA, S. B. de. *Visão do paraíso*. 5ªed., São Paulo, Brasiliense, 1992.

LACOMBE, A. J.. *Gabriel Soares de Sousa e o Tratado descritivo do Brasil*. In: Sousa, G. S. de. Op. cit..

LAUSBERG, H.. *Elementos de retórica literária*. 3ª ed., Lisboa, Gulbenkian, 1982.

LIMA, F. F. de. *A Bahia de Gabriel Soares de Sousa*. *Quinto Império*. 12;(49-73). Salvador, Gabinete Português de Leitura, 2000.

LIMA, F. F. de. *O olhar que não vê: Gabriel Soares de Sousa e a permanência do fantasioso*. In: FONSECA, A. & PEREIRA, R. A. (Orgs.). *Rotas e imagens - literatura e outras viagens*. Feira de Santana, UEFS/PPGLDC, 2000.

NOVAIS, A. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

## Notas

- <sup>1</sup> A expressão é de Américo Jacobina Lacombe que, talvez movido por um outro tipo de incêndio, julgou ver apenas pecado onde havia - misturadas à cobiça - curiosidade, audácia e desejo de aventura renascentistas.
- <sup>2</sup> A carta que Gabriel Soares de Sousa anexou ao seu caderno "tirado a limpo" acompanha a edição publicada pela Editora Nacional, apresentada por Américo Jacobina Lacombe, que reproduz integralmente o texto organizado por Francisco Adolfo de Varnhagen. A referência bibliográfica plena segue o texto deste estudo. E por ser esta a edição que aqui se utiliza, a citação de seus fragmentos utilizados ao longo do estudo virá acompanhada apenas do número da página em que esta se localiza.
- <sup>3</sup> Quatro anos depois de entregar o seu caderno a Cristóvão de Moura, Soares de Sousa estava de volta ao Brasil. Além de uma expedição composta por 360 homens, amplos poderes lhe foram conferidos. Mas, para sua desgraça, pouco pôde aproveitar de tanto poder, pois, sem ter encontrado nada com que sonhara, morreu praticamente no mesmo local em que seu irmão desaparecera. Para maiores informações, consulte-se a bibliografia ao final do texto.
- <sup>4</sup> É o caso, por exemplo, da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, que, embora só publicada em 1614, já estava pronta em 1580, três anos antes da morte do autor, o qual, desde seu regresso a Portugal em 1558 gozava de prestígio como entendido em coisas do Oriente, tendo sido consultado até mesmo por João de Barros e visitado pelo mesmo Filipe II, que, diz-se, ficou encantado com as histórias que dele ouviu.
- <sup>5</sup> Boa comparação poderia aqui ser estabelecida entre Soares de Sousa e Fernão Mendes Pinto. Este último, que não tinha leitores tão importantes como alvo imediato, nem condicionou sua vida ao sucesso do livro, não se deu ao trabalho de dividir seu texto caudaloso em capítulos, tarefa realizada, após a sua morte, por Francisco de Andrada, cronista de D. João III, que, a pedido da família, com quem privava, submeteu o texto a uma revisão, cuja divisão em capítulos é um das evidências de sua intervenção nele. Para detalhes, cf. FARIA, Francisco Leite de (1992).
- <sup>6</sup> Houvesse mais espaço, bem se poderia aprofundar a análise desse *topos*, fazendo-o convergir para outro importante *clichê*, o da precocidade sexual brasileira, tão presente no imaginário do e sobre o Brasil.
- <sup>7</sup> A definição encontra-se no capítulo 62.